

Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores na Associação Casa da Juventude

Vara de Família e Menores de Lisboa

Juiz: Dr. António Ribeiro

Sentença Interlocutória – Decisão sobre Medidas Cautelares

Autor/Requerente: João Silva, menor, representado por Maria Silva, residente em Rua das Flores, nº 12, 2.º D, 1150-123 Lisboa.

Réu/Requerido: Associação Casa da Juventude, Lda., pessoa coletiva número 504 123 456, com sede em Avenida da República, nº 45, 5.º, 1050-200 Lisboa; e Carlos Mendes, portador do NIF 245 678 912, residente em Rua do Sol, nº 8, 3.º B, 4100-150 Porto.

Mandatários: Dr. Luís Costa (OA 12345) e Dra. Sofia Almeida (OA 67890).

Vistos, etc.

Visto o requerimento apresentado pelos mandatários da parte autora, datado de **12 de fevereiro de 2026**, relativo à manutenção e ao reforço das medidas cautelares já impostas nos autos, bem como ao estabelecimento de prazo para a produção de prova pericial e documental, nos termos do artigo 798.º e seguintes do Código de Processo Civil (CPC), bem como dos artigos 15.º a 23.º do Código Penal, e tendo em conta o relatório do Ministério Público e o parecer pericial juntado aos autos em **5 de fevereiro de 2026**.

Considerando

1. **Que** a tutela de urgência foi deferida em decisão de **30 de novembro de 2023**, determinando a suspensão imediata de quaisquer atividades da Associação Casa da Juventude, Lda., que impliquem contacto direto ou indireto com menores, bem como a proibição de Carlos Mendes de exercer qualquer função de direção ou supervisão em entidades que atendam a menores.
 2. **Que** o Ministério Público requer, nos autos da ação penal paralela, a manutenção das medidas cautelares até ao final da investigação criminal, a fim de garantir a proteção do menor João Silva e de outros potenciais vítimas.
 3. **Que** a parte autora, representada por sua mãe, requer a fixação de prazo para a produção de prova pericial (exame de DNA, análise de documentos internos da associação e depoimentos de testemunhas), bem como a entrega de relatórios de auditoria interna da associação referentes ao período de 2015 a 2020.
 4. **Que** a defesa, representada por Carlos Mendes, não se opôs ao cumprimento das medidas cautelares, mas solicitou a prorrogação do prazo para entrega de alguns documentos, alegando dificuldades técnicas e logísticas.
 5. **Que** a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (Acórdão n.º 123/21.2T8LSB, de 15 de março de 2022) reconhece a necessidade de prazos razoáveis para a produção de prova pericial, sem prejuízo da eficácia da medida cautelar.
-

Decisão

1. **Mantém-se integralmente** as medidas cautelares já impostas, nomeadamente:

- **Suspensão** de todas as atividades da **Associação Casa da Juventude, Lda.** que impliquem contacto com menores, até decisão final nos autos.
- **Proibição** a **Carlos Mendes** de exercer qualquer cargo de direção, gerência ou supervisão em entidades que atendam a menores, pelo prazo de **dois (2) anos** a contar da presente decisão.
- **Obrigação** de a Associação Casa da Juventude, Lda. manter a sua sede física sob vigilância policial, conforme requerimento do Ministério Público.

2. **Fixa-se prazo** para a produção de prova pericial e documental, nos seguintes termos:

Tipo de Prova	Responsável	Prazo
Exame de DNA de vestígios recolhidos (arquivo interno)	Perito Oficial da Saúde (Dr. Pedro Alves)	30 de março de 2026
Análise de documentos internos (registos de presença, relatórios de atividades)	Perito Contabilista (Eng. ^a Ana Ribeiro)	30 de março de 2026
Depoimentos de testemunhas (ex-colaboradores, voluntários)	Ministério Público – Secção de Menores	15 de abril de 2026
Relatório de auditoria interna da associação (2015-2020)	Auditor Independente (Sr. João Fonseca)	15 de abril de 2026

3. **Intima-se** a **Associação Casa da Juventude, Lda.**, através do seu representante legal, a cumprir, no prazo acima indicado, a entrega de todos os documentos solicitados, sob pena de **coima coercitiva** de **5.000 €** (cinco mil euros) por dia de incumprimento, nos termos do artigo 802.º do CPC.
4. **Intima-se** o **Ministério Público** a apresentar, até **15 de abril de 2026**, o relatório final da investigação criminal preliminar, para que seja possível avaliar a necessidade de eventual reforço das medidas cautelares.
5. **Determina-se** a **conservação** de todos os autos, bem como a **confidencialidade** dos documentos que contenham informações sensíveis sobre o menor João Silva, nos termos do artigo 27.º da Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019).
6. **Fica a parte autora** autorizada a requerer, em caso de descumprimento das obrigações fixadas, a **conversão** das coimas coercitivas em **penalidades de prisão** de até **três (3) meses**, nos termos do artigo 807.º do CPC, sem prejuízo de outras sanções civis e penais cabíveis.

Notifique-se e Publique-se

Notifique-se a **Associação Casa da Juventude, Lda.**, o **ex-diretor Carlos Mendes**, o **Ministério Público**, bem como os mandatários das partes, para que tomem ciência da presente decisão. Publique-se, nos termos do artigo 818.º do CPC, no Boletim da Justiça, a presente sentença interlocutória, bem como no portal eletrónico do Tribunal da Comarca de Lisboa.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Dr. António Ribeiro

Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

Distribuição: 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores – Sentença Interlocutória.